AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.676.827 - DF (2020/0056516-6)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	:	MARIA ANGELICA DE OLIVEIRA
ADVOGADOS	:	BRUNO CRISTIAN SANTOS DE ABREU E OUTRO(S) - DF043143 LEANDRO PONTES AZEVEDO - DF042127 NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO UNICEUB
AGRAVADO	:	ANTONIO BATISTA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES.	:	LUIZ FERNANDO BATISTA DE OLIVEIRA
INTERES.	:	ABRAHAO LINCOLN DE OLIVEIRA
INTERES.	:	LINANROSE BATISTA DE OLIVEIRA
INTERES.	:	ADRIANE CRISTINA DE OLIVEIRA
INTERES.	:	MARCOS VINICIOS BATISTA DE OLIVEIRA
INTERES.	:	MARIA ANGELICA DE OLIVEIRA
ADVOGADOS	:	GISELLE ALVES WACHSMUTH - DF040176 NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO UNICEUB NATHÁLIA MARIA MARCELINO GALVÃO BELINATI - DF043648
INTERES.	:	RAFAEL ALVES DE OLIVEIRA
INTERES.	:	DIRCEU ALVES VIEIRA SOBRINHO
INTERES.	:	CIRANDA AMARILIS ALVES VIEIRA BRAGA
ADVOGADOS	:	DEBORA GONCALVES BORGES DA MATTA - DF029568 NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO UNICEUB

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por MARIA ANGELICA DE OLIVEIRA contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 83/STJ e Súmula 7/STJ.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: Súmula 83/STJ.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

> PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO

Edição nº 2883 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 02 de Abril de 2020 Publicação: Sexta-feira, 03 de Abril de 2020
Código de Controle do Documento: 23F8C5CF-5E66-4D08-B42F-2F68A2D27098

> QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
>
> 1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.
>
> 2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.
>
> 3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

Edição nº 2883 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 02 de Abril de 2020 Publicação: Sexta-feira, 03 de Abril de 2020
Código de Controle do Documento: 23F8C5CF-5E66-4D08-B42F-2F68A2D27098